

PATERNIDADE COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO: UMA ANÁLISE SOCIOPSICOLÓGICA DAS NOVAS MASCULINIDADES.

Fatherhood as an Instrument for the Deconstruction of Machismo: A Socio-Psychological Analysis of New Masculinities

Jaqueline Souza de Assis¹

Marcela Ribeiro Pacheco Paiva ²

RESUMO: Este artigo analisa a paternidade como um elemento central na desconstrução do machismo e na promoção da equidade de gênero. Parte-se do pressuposto de que superar estruturas patriarcais exige transformações sociais, culturais e subjetivas, especialmente no que diz respeito à formação das identidades masculinas. O objetivo é compreender de que maneira o exercício da paternidade ativa e afetiva pode contribuir para que os homens questionem normas tradicionais de gênero e favoreçam modelos mais igualitários de masculinidade. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva fundamentada na psicanálise e nos estudos de gênero, realizou-se um levantamento bibliográfico e uma análise crítica de produções científicas sobre masculinidades, cuidado paterno e violência de gênero. Os resultados indicam que a participação engajada dos homens no cuidado e na vida emocional dos filhos favorece processos de autocrítica, ressignificação de papéis e redução de comportamentos associados à masculinidade hegemônica. Conclui-se que a promoção de novas formas de paternidade é fundamental para o enfraquecimento do machismo estrutural, demandando esforços educativos, culturais e políticos que estimulem homens a assumir maior corresponsabilidade, desenvolver empatia e estabelecer relações mais igualitárias.

Palavras-chave: Paternidade, equidade de gênero, Desconstrução social, masculinidades

ABSTRACT: This article examines fatherhood as a key element in the deconstruction of machismo and in the promotion of gender equity. The discussion is grounded in the understanding that overcoming patriarchal structures requires deep social, cultural, and psychological transformations, especially regarding the formation

¹ Centro Universitário Salesiano. Vitória /Es, Brasil. jaquelines.assis@hotmail.com

² Centro Universitário Salesiano. Vitória /Es, Brasil. marcelapaiva01@gmail.com

of masculine identities. The study aims to analyze how active and affective fatherhood can serve as a pathway for men to challenge traditional gender norms and contribute to new, more egalitarian models of masculinity. Using a theoretical and reflective approach based on psychoanalysis and gender studies, a comprehensive literature review was conducted focusing on masculinities, caregiving practices, and gender-based violence. The results indicate that involved fatherhood encourages men to renegotiate emotional, symbolic, and relational aspects of their identities, fostering greater co-responsibility in family life and reducing behaviors rooted in hegemonic masculinity. It is concluded that promoting new forms of fatherhood is essential for weakening structural machismo, requiring continuous educational, cultural, and political efforts that engage men in self-reflection, empathy, and shared caregiving practices.

Keywords: Fatherhood, Gender equity, Social deconstruction, Masculinities

1. INTRODUÇÃO

Diversas iniciativas vêm sendo tomadas no sentido de envolver os homens nas discussões sobre equidade de gênero. No Brasil, algumas se destacam por se estenderem a todo o território nacional e por contribuírem para a promoção de uma cultura de respeito, diálogo e corresponsabilidade nas relações de gênero. Um exemplo é o projeto “Homem que é Homem”, criado pela Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) em 2015, que reúne homens autores de violência doméstica em grupos reflexivos com o objetivo de prevenir a reincidência. A iniciativa promove debates e palestras sobre desconstrução do machismo, relações de gênero, responsabilização, comunicação não violenta e modos pacíficos de resolução de conflitos. Assim, o programa busca ir além da punição legal, atuando na transformação de comportamentos e na construção de novas masculinidades baseadas no respeito e na não violência. Ainda no âmbito das iniciativas de responsabilidade do Ministério da Saúde, foi criada a diretriz de incentivo ao cuidado paterno, que validou o Movimento pela Valorização da Paternidade, bem como outras frentes, como o pré-natal masculino, originariamente implantado apenas em São Paulo (GOMES, 2016).

Simultaneamente, há o investimento em políticas de valorização da paternidade, tendo em vista a desconstrução de um modelo dominante de masculinidade – patriarcal e machista, que reforça a desigualdade de gênero –, abrindo caminho para a construção de modelos que não os violentos, mas outros, fundados no afeto e no cuidado.

Esses esforços têm como base pesquisas, realizadas no passado, que também constataram benefícios no desenvolvimento cognitivo das crianças que contam com dois cuidadores. Quanto aos homens, aqueles que usufruem de uma ligação afetiva com seus filhos tendem a cuidar mais da saúde física e mental e a apresentar

menores chances, por exemplo, de sofrer de doenças coronarianas ou experimentar quadros de depressão (FIOCRUZ, 2016).

De modo geral, as meninas são ensinadas desde a infância a cuidar da casa, da boneca e do próprio corpo. Enquanto os meninos são criados para serem fortes e para encarar o cuidado da própria saúde como um sinal de fragilidade. Dessa forma, a socialização dos meninos favorece um comportamento de menor atenção com a própria saúde do que aquele observado entre as meninas. A definição formal de cuidados é “designação de uma atenção à saúde imediatamente interessada no sentido existencial da experiência do adoecimento, físico ou mental, e, por conseguinte, também das práticas de promoção, proteção ou recuperação da saúde” (AYRES, 2004, p. 22).

As questões de classe, com relação aos cuidados, vão além das questões de gênero. Os homens, de fato, tendem a cuidar menos da própria saúde do que as mulheres, mas quando estão em posições inferiores da hierarquia social, cuidam-se menos do que os outros homens, em posições mais favoráveis (PROMUNDO, 2016).

Entre as dimensões a serem consideradas, no desenho do panorama da paternidade no Brasil, está a relação entre o setor privado e as práticas relacionadas à paternidade e ao trabalho de cuidado. Um marco importante a ser levado em consideração foi a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, em 2009 pelo Ministério da Saúde. Trata-se de uma política específica do setor de saúde voltada à população masculina e àqueles que fazem parte de seu círculo de relações, de modo a contribuir para a realidade singular masculina e os diversos contextos socioculturais, políticos e econômicos. Entre as diretrizes de promoção de ações de saúde invocadas nesta política, estão os dois eixos prioritários de implementação: saúde sexual e reprodutiva e paternidade e cuidado.

O tema paternidade e cuidado tem como objetivo envolver os homens no acompanhamento da gestação, do parto e do puerpério de suas parceiras. Além disso, objetiva engajá-los nos cuidados e no desenvolvimento dos filhos de maneira a fortalecer as relações e os vínculos entre eles. Nesse contexto, o desenvolvimento da participação masculina no pré-natal pode possibilitar a integração dos homens na lógica dos serviços de saúde ofertados, sobretudo aqueles encontrados na Rede Cegonha, permitindo que realizem seus exames preventivos de rotina – HIV, sífilis, hepatites, hipertensão e diabetes – e que sejam vacinados. Logo, esses programas que incentivam a participação ativa dos pais nos serviços de pré-natal e no pós-parto têm como desdobramento a promoção da saúde dos homens.

Vale destacar ainda a ampliação de 5 para 20 dias da licença-paternidade no Brasil. Essa ampliação ocorreu com a aprovação, em 2016, do Marco Legal da Primeira Infância, que reconhece a importância do envolvimento paterno entre os direitos fundamentais das crianças pequenas. Embora ainda distante da licença parental ampliada — já adotada em países com altos índices de equidade de gênero, como Noruega e Islândia —, essa mudança representou um avanço significativo no cenário brasileiro. O objetivo deste artigo é analisar de que maneira a paternidade pode atuar como um instrumento de desconstrução do machismo, investigando

como práticas paternas mais afetivas e participativas contribuem para a formação de novas masculinidades e para a promoção da equidade de gênero.

A FORMAÇÃO DA MASCULINIDADE E AS PERFORMANCES DE GÊNERO

Muitas vezes é possível identificar normas hipermasculinas – comportamentos masculinos estereotipados assentes na força física, agressão ou violência, e na sexualidade – entre os homens. Mosher e Sirkin (1984) foram os primeiros autores a usar o termo, definindo hipermasculinidade, ou personalidade macho, como a adoção de atitudes sexuais insensíveis ante as mulheres, a crença de que a violência é viril e a associação da excitação com a experiência do perigo. A tal tendência, podemos chamar de “hipervirilidade”.

As normas sociais e culturais moldam globalmente o que significa ser um “homem de verdade”. Os problemas começam a surgir quando as normas vigentes promovem formas de masculinidade violentas ou danosas. As masculinidades não são necessariamente problemáticas, mas sim complexas e heterogêneas. Elas variam em função da idade, classe, educação, emprego, status marital e geografia urbana. São construídas socialmente, são fluidas, ao longo do tempo e do espaço, e dinâmicas, incluindo um espectro de atitudes e comportamentos que oscilam entre igualitários, parcialmente igualitários e desiguais; entre violentos e não violentos.

Desde a infância, a socialização dos meninos começa a gerar vulnerabilidades que estão associadas a expectativas de masculinidade, reforçadas ao longo da juventude e da vida adulta dos homens. É prática corrente presentear os meninos com brinquedos que naturalizam a violência, como armas de plástico, bonecos de soldados etc. Comparativamente com suas irmãs, os meninos tendem a ser mais incentivados a brincar na rua e desencorajados a se envolver em tarefas domésticas e de cuidado.

Pesquisas no âmbito da psicanálise, confirmam que masculinidades são parte de uma noção relacional de gênero, segundo a qual não estão isoladas de, mas interagem com a feminilidade e a ordem de gênero. Além disso, são fluidas e mudam ao longo do tempo e de um contexto para outro.(CHODOROW, 1990)

É possível constatar, no último século, mudanças profundas nas sociedades industriais contemporâneas, com a reformulação das bases econômicas, políticas, culturais e sociais. Tais transformações também vêm se manifestando nos padrões de relacionamento entre e intra gêneros, seja na esfera social, ou na experiência de si. São detectadas mudanças relevantes nos padrões de relacionamento e gênero (nos papéis masculino e feminino), em atitudes de maior tolerância à diversidade sexual de gays, lésbicas, travestis etc., na busca por maior equidade de gênero, na maior aprovação do aborto, divórcio, políticas do corpo, entre outras pautas tidas como progressistas.

A questão da masculinidade vem ganhando espaço nas pesquisas de gênero no Brasil, principalmente nas discussões sobre sexualidade, saúde e reprodução. Matos parte da visão das identidades de gênero a partir do que ela define como

“transperformances de gênero” (2000, p. 25). A autora adota a posição, inspirada em Judith Butler, de crítica ao sistema sexo-gênero de Rubin (1975), no qual a identidade de gênero é fixa e estática. Para a formulação do seu problema de construção de identidades masculinas, ela adota um conceito de identidades de gênero dinâmicas e transformadoras.

Segundo Rubin (1975), toda sociedade é organizada a partir de um sistema sexo/gênero entendido como um conjunto de “modos sistemáticos de lidar com sexo, gênero e bebês”, bem como por uma organização da produção. O sistema sexo/gênero é o modo de produção das sociedades, um elemento crucial e constituinte delas, construído social e culturalmente, mutável, e organizado de modo que seja possível reproduzi-lo. O sistema consiste, então, em

um conjunto de arranjos pelos quais a matéria-prima do sexo e procriação humanos é modelada pela intervenção social humana e satisfeita de um modo convencional (...) O domínio do sexo, gênero e procriação humanos tem sido sujeito a incansável atividade social durante milênios, e transformado por ela. O sexo, como o conhecemos – identidade de gênero, desejo e fantasia sexuais, conceitos de infância – é ele mesmo um produto (RUBIN, 1975, p. 23).

O sistema sexo/gênero está ligado à produção, apesar de não ser completamente explicado por ela. Em sua análise da bibliografia antropológica sobre família, Rubin (1975) sugere que os cuidados maternos e paternos e a organização da família constituem gênero e sexualidade socialmente organizados, e o reproduzem.

Na interpretação de Matos (2000), as mudanças sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 1970, revelam a modernização dos costumes e a necessidade de novos códigos interpretativos da dimensão identitária e cultural de gênero. Com a escalada de discursos sobre multiplicidade e diferença que caracterizam nossa experiência de modernidade contemporânea, as categorias de mulher/homem, natureza/cultura, feminino/masculino vão perdendo espaço em termos de sua capacidade de explicar as relações sociais. Porém, pode-se observar, na cultura ocidental, a organização hierárquica do poder, muitas vezes de forma binária. É possível, portanto, concluir que nem todos estão envolvidos na diversidade pós-moderna de maneira livre e igualitária. A autoria designou as alternativas identitárias que compõem um novo quadro de arranjos sociais de gênero. Esses novos arranjos incidem sobre o que Giddens chamou de “a situação na qual a construção do eu se torna um projeto reflexivo” (GIDDENS, 1990). Na modernidade, estaríamos vivenciando uma experiência de introspecção, ou de “volta para dentro”, retomando os desafios da subjetividade humana e colocando em evidência a necessidade de questionamento sobre conceitos como o de identidade, seja ela de gênero, sexual ou social.

Segundo Oliveira (2000), estimulados pela volta do movimento feminista nos anos 1970, diversos autores (Bednarik, 1970; Tolson, 1977; Goldberg, 1976; Fasteau, 1974) adotaram uma visão de que não apenas as mulheres sofreriam a denunciada

dominação masculina de gênero, mas também os próprios homens. Nessa perspectiva, os homens seriam vítimas de um treinamento socialmente difuso, presente em diferentes instituições, orientado para a construção de um modelo de homem “autêntico, provedor, varão, genuíno macho” (OLIVEIRA, 2000, p. 90).

A argumentação mais comum, que ajudou a constituir uma ideia de crise da masculinidade, aposta na ideia de uma vitimização do gênero masculino. Segundo esse ponto de vista, durante o processo de constituição e constante reafirmação da masculinidade, o homem torna-se propenso a experimentar dilemas e conflitos que geram angústias, autoalienação e inexpressividade, elementos constitutivos do quadro de fragilidades que fariam parte da masculinidade (MARQUÉS, 1997).

Constata-se que há uma crise do modelo hegemônico da masculinidade, que todavia pode ser parcial e específica de certos grupos culturais e sociais. Caberia perguntar até que ponto esta crise do modelo está circunscrita aos setores médios das populações urbanas ou realmente se difunde no conjunto das nações, culturas e condições de vida (OLIVEIRA, 2000, p. 92).

A evidência dessa crise nas classes média e alta é forte, pois se observa que o padrão estabelecido de conduta masculina ainda é bastante valorizado por boa parte dos homens pertencentes aos segmentos populares. Nesses segmentos, é possível perceber com frequência o exercício e construção da identidade masculina como vivência propiciadora de prazer, orgulho e satisfação. Em um estudo sobre homens pobres em Santiago, Chile, pôde-se constatar muitos relatos de valorização e satisfação pelo fato de ser homem, o que se opõe a relatos de homens de classe média e alta que se dizem pressionados pelas cobranças sociais do lugar de provedor que ocupam (OLIVEIRA, 2000).

Ainda nessa pesquisa realizada no Chile, a posição de homem provedor é interpretada pelos entrevistados como um direito, antes mesmo de um dever, enquanto para aqueles advindos de classes mais altas, o provimento é encarado como um fardo.

Pode-se pressupor que uma crise da masculinidade seria, em última instância, uma crise do regime patriarcal, se considerarmos que, independentemente da estrutura hierárquica das relações sociais, esse sistema sofre mudanças ou persistências. Isso porque, não é possível considerar as questões de gênero separadas de outras práticas sociais, sejam elas jurídicas, religiosas, econômicas ou políticas. A associação entre dominação de gênero e regime patriarcal faz com que as mudanças, que afetam instituições e práticas relacionadas ao segundo, gerem consequências à dominação.

Essas mudanças são atestadas pelos índices: aumento do número de divórcios ou separações – o que demonstra uma insatisfação com o modelo de união tradicional, fundado no comprometimento duradouro; dificuldades em harmonizar casamento, trabalho e vida pessoal, expressas nas tendências de adiamento cada vez maior do

vínculo conjugal e de crescente formação de relacionamentos sem vínculos legais; aumento mundial do número de lares monoparentais (geralmente mulheres com filhos); aumento, em muitos lugares, do nascimento de filhos fora do casamento; mudanças na composição social da força de trabalho, tendo em vista que as mulheres ocupam cargos nos quais as distinções de gênero não têm relevância do ponto de vista da produtividade, com reflexos na dinâmica de poder dentro da família, pois cada vez mais o orçamento familiar depende do salário da mulher, alterando a economia do poder doméstico no que tange a decisões e privilégios (CASTELLS, 1999).

Ainda, é possível adicionar uma série de mudanças proporcionadas por avanços científicos e biotecnológicos (inseminação artificial, engenharia genética, congelamento de óvulos), que possivelmente irão refletir em aspectos fundamentais da estrutura patriarcal, que é a reprodução da espécie por meio de relacionamento sexual heterossexual.

A hierarquia de gênero atribui posições de poder diferenciadas aos indivíduos conforme o grau em que incorporam os traços considerados legítimos e valorizados de masculinidade. Esses atributos — como força, racionalidade, autocontrole, capacidade de comando e distanciamento emocional — não são apenas características individuais, mas normas sociais inscritas na cultura e constantemente reforçadas por instituições como a família, a escola, o trabalho e a mídia (BOURDIEU, 2001). No entanto, torna-se necessário problematizar o que se entende por “masculino legítimo”, pois essa legitimidade é socialmente construída, histórica e atravessada por classe, raça, geração e contexto sociocultural.

No artigo “Crises, valores e vivências”, Oliveira (2000) argumenta que aquilo que denomina “hipermasculinismo” — uma intensificação performática de atributos tidos como viris — tende a emergir com maior força entre homens situados em condições sociais menos privilegiadas. Para esses sujeitos, muitas vezes privados de acesso a reconhecimento econômico, educacional ou institucional, a reafirmação de um modelo de masculinidade exacerbada funciona como recurso simbólico para a construção de um “status de masculinidade autêntica”. Trata-se, portanto, de um mecanismo de compensação social, pelo qual a virilidade hipervalorizada atua como uma espécie de capital simbólico, capaz de produzir prestígio entre pares e garantir pertencimento dentro de determinados grupos (OLIVEIRA, 2000; CONNELL, 1995).

Esse modelo de masculinidade, enfatizado por Oliveira, deriva de prescrições coletivas amplamente disseminadas, isto é, de valores tradicionais e genéricos que compõem o imaginário social sobre o que significa “ser homem”. Nesse sentido, o “hipermasculinismo” não surge apenas como escolha individual, mas como resposta à estrutura social que legitima e recompensa determinadas performances de gênero. A masculinidade é, assim, mais do que um conjunto de traços psicológicos: ela é uma posição dentro de um sistema de poder.

Ao mesmo tempo, Oliveira (2000) assinala que esse tipo de masculinidade exacerbada contrasta fortemente com outra tendência contemporânea: um movimento crítico, geralmente protagonizado por homens de setores médios —

como intelectuais, profissionais liberais, artistas, psicoterapeutas, entre outros — que questionam os custos subjetivos, emocionais e sociais desse modelo tradicional de virilidade. Esses grupos buscam problematizar as consequências do rígido ideal masculino, apontando seus impactos sobre a saúde mental, as relações familiares, a vida afetiva e o exercício da paternidade.

CONCEITO DE GÊNERO POR UM VIÉS PSICANALÍTICO E FEMINISTA

A palavra gênero foi citada pela primeira vez no campo da ciência cunhada através do autor americano e médico psicanalista Robert Stoller (1968), na ocorrência da Segunda Onda Feminista, o interesse do autor na introdução do termo gênero nas ciências da saúde se deu pela necessidade da diferenciação da estrutura física e anatômica inquestionável entre homens e mulheres. Como definido por Oakley (1972), gênero se dá por uma construção social a partir dessas diferenças que dizem sobre o papel social de gênero e não se limita apenas às condições biológicas. O movimento feminista na década de 1980 substituiu o termo gênero ao invés de sexo. Essa mudança foi de extrema importância pois tornou possível uma visão mais ampliada sobre o feminino e masculino, seus papéis sociais, e os questionamentos sobre as figuras em posição de poder e dominação gerenciados por sistemas de relações por hierarquia sobre homens e mulheres. Dadas as diferenciações entre os termos sexo e gênero percebe-se a importância de destacá-las, pois coloca em xeque as relações entre homens e mulheres (NICHOLSON, 1999, p.3).

Na cultura contemporânea os corpos são generificados, racionalizados e viabilizados de modo que nela funcione o modelo capitalista e neste a apresentação de movimento político organizado de uma política individualista que elege o sujeito pautado na diferença sexual e de raça, e conforme sugere Cardoso (2021) isso dá suporte a uma cultura patriarcal e machista que persiste, repousa e aposta na dominação de poder. A teoria do patriarcado se propõe a demonstrar que o "sexo é uma categoria social impregnada de política" (MILLETT, 1975, pp. 32 e 34).

Corpos estes, que são produzidos e reconhecidos socialmente a partir de marcadores como gênero, raça e sexualidade. Esses corpos são generificados, regulados e racionalizados por dispositivos sociais que buscam garantir a manutenção de uma ordem capitalista, cuja lógica hierarquizada depende da produção de diferenças para sustentar relações de poder. Conforme observa Cardoso (2021), essa dinâmica oferece suporte simbólico e material à cultura patriarcal e machista, que persiste ao reproduzir papéis e normas que naturalizam desigualdades. Assim, o corpo torna-se uma construção político-cultural, que ultrapassa o plano biológico e opera como elemento estratégico de controle social.

A teoria do patriarcado amplia essa compreensão ao demonstrar que o sistema de gênero está intrinsecamente ligado ao poder. Kate Millett (1975) afirma que "o sexo é uma categoria social impregnada de política", indicando que as diferenças sexuais são convertidas em hierarquias. Essa perspectiva dialoga com Simone de Beauvoir

(1949), que em *O Segundo Sexo* argumenta que “não se nasce mulher, torna-se”, revelando como as identidades de gênero são moldadas por processos históricos e sociais que subordinam o feminino ao masculino. A mulher se torna “Outro”, na medida em que sua existência é definida por oposição ao modelo masculino universal.

Pierre Bourdieu (2001), ao analisar a dominação masculina, complementa essa discussão ao explicar como o patriarcado se naturaliza através da *violência simbólica*. Segundo o autor, a distinção entre o masculino e o feminino se inscreve nos corpos por meio de habitus, práticas e estruturas de percepção incorporadas, que parecem espontâneas, mas são profundamente políticas. Assim, homens e mulheres interiorizam, desde cedo, modos de ser e agir que perpetuam o sistema de dominação, tornando-o invisível e autossustentável.

Judith Butler (1990, 1993) introduz uma perspectiva pós-estruturalista ao propor que o gênero é performativo: ele não é algo que “se é”, mas algo que “se faz” reiteradamente através de práticas corporais, discursos e normas culturais. Ao considerar o corpo como um campo discursivo, Butler rompe com a noção de gênero como essência e revela como as masculinidades e feminilidades são produzidas e reguladas por discursos hegemônicos. Essa teoria dialoga diretamente com a desconstrução do machismo, pois evidencia que, ao transformar práticas e discursos, é possível transformar o próprio gênero.

No Brasil, Heleieth Saffioti (1987, 2004) contribui ao articular patriarcado, capitalismo e racismo, mostrando que a opressão de gênero é sustentada por múltiplas estruturas de dominação. Para Saffioti, o patriarcado não opera isoladamente: ele se combina ao capitalismo e às hierarquias raciais para construir diferentes formas de subordinação feminina e também diferentes expectativas sobre os corpos masculinos. Essa perspectiva permite compreender que as masculinidades hegemônicas são atravessadas por raça, classe e território, produzindo modos distintos de exercer poder.

A partir dessas referências, evidencia-se que os corpos masculinos são moldados por forças simbólicas, discursivas e políticas que legitimam comportamentos associados à autoridade, racionalidade e controle. Isso reforça um modelo de masculinidade que se ancora na dominação e na distância afetiva, elementos centrais para a manutenção da ordem patriarcal. Entretanto, quando analisamos práticas contemporâneas de cuidado — como a paternidade ativa — percebemos fissuras nesse modelo, pois o envolvimento afetivo e cotidiano dos homens na família desafia expectativas tradicionais e abre espaço para novas formas de subjetivação masculina.

Assim, relacionar corpo, política e patriarcado a partir de autores como Beauvoir, Millett, Butler, Bourdieu e Saffioti permite compreender que a desconstrução do machismo exige não apenas mudanças comportamentais, mas transformações profundas nas estruturas simbólicas que organizam a sociedade. O corpo masculino pode deixar de ser instrumento de dominação e tornar-se lugar de resistência,

reinvenção e abertura para novas masculinidades baseadas no cuidado, na empatia e na equidade.

PATERNIDADE E CRENÇA MACHISTA

Atualmente, a função do pai tem se transformado consideravelmente. Isso se deve, em grande parte, ao debate sobre gênero e à análise do que significa a masculinidade dentro do contexto familiar. No passado, a figura paterna era predominantemente vista como a provedora financeira e a autoridade do lar. Porém, hoje se espera que os pais expressem mais afeto, se façam presentes e compartilhem as obrigações. Segundo Nascimento e Gomes (2021), apesar de toda a discussão social e das iniciativas de alguns pais que buscam ser mais participativos, muitos homens ainda encontram dificuldades em abandonar o antigo paradigma de paternidade. Essa visão tradicional, que sugere que a masculinidade está ligada à força e à racionalidade, limita a expressão emocional deles e perpetua a ideia de que os cuidados com os filhos são exclusivamente maternos (Nascimento & Gomes, 2021).

O machismo, profundamente enraizado em nossa cultura, opera como um conjunto de normas e conceitos que perpetuam a disparidade entre os gêneros, ditando o comportamento esperado de homens e mulheres. No contexto da paternidade, essa mentalidade machista impede que muitos homens se sintam confortáveis em assumir o cuidado dos filhos, dificultando sua capacidade de se tornarem pais afetuosos. Oliveira (2022) aponta que a sociedade ainda propaga a ideia de que os homens devem ser fortes, reprimindo suas emoções e negando a demonstração de afeto. Essa lógica dificulta que os homens se relacionem com os filhos de maneira mais sensível, pois o ato de cuidar é frequentemente associado ao universo feminino. No entanto, a autora ressalta que um número crescente de pais busca transformar essa realidade, apesar das pressões sociais que enfrentam (Oliveira, 2022).

É crucial reconhecer que existem diversas maneiras de exercer a paternidade, e não há um modelo único que seja correto. Fatores como classe social, raça, orientação sexual e localização geográfica têm papel significativo na vivência da paternidade. Couto e Monteiro (2023) destacam que é essencial considerar todos esses aspectos em conjunto para compreender como as diferentes circunstâncias influenciam a paternidade no Brasil. As autoras afirmam que pais negros residentes em comunidades vulneráveis enfrentam ainda mais barreiras para exercerem uma paternidade engajada, devido à pobreza, ao racismo estrutural e à ausência de suporte governamental (Couto & Monteiro, 2023). Dessa forma, o cuidado com os filhos deve ser percebido não apenas como uma responsabilidade individual, mas como um desafio que envolve dimensões sociais, políticas e coletivas.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem promovido iniciativas para valorizar a participação dos pais, incluindo campanhas de sensibilização e propostas de ampliação da licença-paternidade. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família

e dos Direitos Humanos (2021), incentivar a participação ativa dos pais reconhece seu papel fundamental nos cuidados e os motiva a envolver-se na vida dos filhos desde a gestação. Entretanto, mesmo com tais iniciativas, ainda há um longo caminho a percorrer. Muitos ambientes de trabalho, por exemplo, não oferecem condições adequadas para que os homens possam exercer uma paternidade com responsabilidade compartilhada. Assim, é essencial articular políticas públicas, educação para a igualdade de gênero e apoio institucional a fim de transformar as normas culturais que ainda perpetuam o machismo na vivência da paternidade, visando um futuro em que a função paterna seja mais equilibrada e integrada ao desenvolvimento familiar.

Os seguidores de Parsons e os teóricos da escola de Frankfurt recorreram à psicanálise para mostrar como o posicionamento relativo de pais e de mães na família contemporânea ajuda a criar as bases para a concordância psicológica dos homens à dominação capitalista. Enfim, uma família constituída de pai ausente e mãe envolvida produz nos homens uma personalidade que corresponde à masculinidade, no sentido tradicional, e ao machismo, tal como se verifica no sistema sexo-gênero, e ajusta-a adequadamente para a participação nas relações capitalistas de produção. Com base nessas relações, os homens perpetuam a divisão de esferas por sexo como uma forma de manter o poder no mercado de trabalho (CHODOROW, 1990). A ausência relativa do pai e o superenvolvimento da mãe criam definições negativas de masculinidade e ressentimento das mulheres, bem como falta de autonomia nos homens. Homens e mulheres orientam-se, portanto, pela divisão sexual das tarefas na família, numa ideologia desigual de gênero, desenhando uma estrutura assimétrica de produção e reprodução na qual as mulheres tornam-se, principalmente, mães e esposas e, os homens, trabalhadores.

Porém, as transformações sociais que vêm ocorrendo no espaço público e privado, sobretudo a partir da década de 1970, afetaram a forma de viver e de construir a identidade de gênero. No âmbito do trabalho, as conquistas do movimento feminista são observáveis com a inserção das mulheres em atividades que anteriormente eram atribuídas exclusivamente aos homens. Essas mudanças não se limitaram às mulheres e influenciaram também a paternidade, sendo cada vez mais incomum observar modelos familiares organizados por rígido sistema patriarcal, principalmente em ambientes urbanos das grandes metrópoles. A visão engessada da paternidade que limitava o envolvimento emocional do homem com os filhos, passa a ser vista dentro de um contexto social que gerou modalidades diversas do ser pai, além de indicar declínio do patriarcado e mudanças nas relações familiares (OLIVEIRA, 2000).

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO EXPRESSÃO DO MACHISMO

A violência de gênero está inserida culturalmente em todo o mundo, independentemente do grau de desenvolvimento dos países e acontece em maior ou menor escala. A reprodução desse tipo de violência se dá a partir de

comportamentos que são aprendidos e internalizados culturalmente e socialmente, na família, na escola, em igrejas e afins. Todos esses dispositivos contribuem para a dominação masculina (Bourdieu, 2010).

Pode-se afirmar, tendo como base a história, que a mulher é socialmente e culturalmente oprimida pelos valores de cada época, sendo estes valores influenciados pelos principais dispositivos de dominação, que disseminam a ideia da inferioridade da mulher perante o homem, como um indivíduo fraco e destinado às tarefas domésticas e maternas, apenas. (BALESTERO E GOMES, 2015).

Na sociedade atual, há pesquisas para se identificar os mecanismos que contribuem para o acontecimento da violência de gênero, para que, assim, possa haver uma tentativa de se desenvolverem políticas públicas de prevenção, a fim de evitar esse comportamento que obedece a um ciclo sem fim (BALESTERO E GOMES, 2015).

No Brasil, funciona um Estado democrático e de Direito, onde se apresenta uma igualdade de gênero, em que (aparentemente) homens e mulheres convivem pacificamente. Ao mesmo tempo, percebe-se o preconceito de não ter preconceitos, tanto de classe, de gênero e étnico. O processo histórico a que o país foi submetido criou uma sociedade quimérica e cordial, em que os conflitos sociais pouco existiram e, hoje, “não existem”. Entretanto, nas entrelinhas das relações sociais, é possível perceber sinais que, olhamos atentamente, escancaram o abismo de diferenças que persiste ao longo da história sobre o gênero (MATOS; CORTÊS, 2010).

Ainda com foco no Brasil, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2022) mostra que, em todas as idades, o principal agressor na vida da mulher, desde a infância até a velhice, é um homem. Com base em atendimentos feitos pelo SUS, mostra-se que, em alguma fase da vida, a mulher sofre violência. Até aos 4 anos, tem-se a mãe como principal agressora e, a partir dos 10 anos, o pai. O pai aparece como agressor, praticamente exclusivo, das mulheres entre 10 -14 anos. Já as mulheres adultas, dos 18 aos 29 anos, têm como principal agressor o marido, namorado ou ex-companheiro. Na fase madura, a partir dos 49 anos até a velhice, os filhos se tornam os principais agressores. Assim, pode-se afirmar que metade de todas as mulheres vítimas de homicídio é morta por um homem. Pai, filho, marido ou parceiro, homens são quem mais matam mulheres no país.

Para os indivíduos em geral, as diferenças de gênero são postas como determinadas biologicamente. Os discursos do senso comum, como por exemplo, “homem não pode chorar”, “mulher é um sexo frágil”, sustentam a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens. Assim, engessam os comportamentos e limitam a liberdade com base em uma legitimidade que não se adequa ao racional, como a resposta no “natural”.

Simone de Beauvoir defendeu que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Para Beauvoir, a identidade feminina é construída pela sociedade, que é predominantemente masculina, assim, o modo de agir, de se comportar e até de pensar é pré-determinado, pré-estabelecido, pelo patriarcado, ou seja, pelos homens.

Pierre Bourdieu (2010) pontua a ideia de que o homem aprende a lógica da dominação masculina e a mulher, por sua vez, absorve essa relação inconscientemente. Assim, a repetição é entendida como inerente ao ser humano, ou seja, aprendemos pelos exemplos. Assim, na maioria das vezes, nós repetimos sem perceber. Nesse sentido, a sociedade, naturalizando comportamentos, legitima essa concepção por meio das repetições. Segundo Bourdieu (2010), na lógica da dominação, o dominado conhece o poder exercido pelo dominante. As instituições como Estado, família, escola e igreja cooperam como agentes de perpetuação dessa relação de dominação, elaborando e impondo princípios de dominação que são exercidos no campo mais fértil que há em uma sociedade: a vida privada. Essas instituições determinam comportamentos, impõem regras e valores que são acatados pelas instituições familiares, de forma que, por meio da comunicação, se aprende, por meio do instinto e através de esquemas inconscientes.

A análise da masculinidade e das dinâmicas de gênero requer um exame das estruturas sociais que fomentam a desigualdade entre os sexos. Segundo Pierre Bourdieu (2010), o poder masculino é mantido por meio de um sistema simbólico que costuma naturalizar as diferenças e atribuir significados hierárquicos aos corpos. A dominação não se restringe apenas ao uso da força física ou ao controle explícito, mas opera principalmente como uma forma de violência simbólica, sendo um processo de internalização de normas sociais que moldam percepções, comportamentos e expectativas.

De acordo com o autor, desde a infância, meninos e meninas adquirem disposições incorporadas — o habitus — que organizam suas ações no contexto das relações de poder. Os homens são treinados para dominar, enquanto as mulheres absorvem essa realidade de forma inconsciente, compreendendo o mundo através de referências masculinas. Esses padrões se perpetuam através da repetição constante das práticas do dia a dia e dos exemplos que formam a subjetividade. A repetição, como Bourdieu (2010) aponta, faz com que esses comportamentos sejam entendidos como naturais, embora sejam, na verdade, construções sociais com raízes históricas.

Nesse contexto, Judith Butler (1990) complementa ao afirmar que o gênero é algo performático: resulta da repetição incessante de ações e normas que se consolidam como identidade. Essa visão enriquece a interpretação bourdieusiana ao mostrar que não existe uma essência inerente ao masculino ou ao feminino; o que realmente existe são normas reiteradas que criam a ilusão de uma estabilidade. A naturalização dessas normas sustenta o que Bourdieu descreve como dominação simbólica, uma vez que as práticas de gênero se tornam tão rotineiras que não são vistas como imposição, mas como uma realidade reconhecida.

O fortalecimento da dominação masculina pode ser observado nas instituições sociais. Famílias, escolas, igrejas, mídia e governo atuam como mecanismos que espalham e legitimam valores hierárquicos, moldando subjetividades e condutas. Para Bourdieu (2010), tais instituições atuam como fontes que geram e reproduzem princípios reguladores — o *nomos* — que sustentam a ordem patriarcal. No âmbito privado, especialmente na família, esses princípios são transmitidos de forma intensa e precoce, promovendo a interiorização das desigualdades de gênero.

Simone de Beauvoir (1949) já destacava esse fenômeno ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”, ressaltando que a condição feminina — assim como a masculina — é resultado de uma construção social firmada nas práticas institucionais e normas culturais. Heleieth Saffioti (2004) expande essa discussão ao revelar que a dominação masculina se entrelaça com o capitalismo e o racismo, gerando diversas formas de subordinação. Portanto, o patriarcado não pode ser compreendido de maneira isolada, pois se entrelaça com outras dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira.

De forma semelhante, Raewyn Connell (1995; 2013) apresenta o conceito de masculinidade hegemônica, que se refere ao modelo prevalente de masculinidade que orienta a hierarquia entre homens e legitima desigualdades. Esse modelo é fortalecido pelas instituições que valorizam comportamentos relacionados à autoridade, força e controle emocional, solidificando uma estrutura que ajuda a perpetuar o patriarcado.

A discussão sobre paternidade no Brasil ganha força justamente porque emerge em um cenário marcado por transformações sociais importantes e, simultaneamente, pela persistência de valores patriarcais que moldam expectativas sobre homens e mulheres. Embora iniciativas governamentais e institucionais, como o pré-natal masculino, campanhas de valorização da paternidade e grupos reflexivos voltados à desconstrução do machismo, venham ampliando o debate público, ainda é expressiva a influência de um modelo tradicional de masculinidade que associa o homem ao provimento financeiro, ao distanciamento emocional e à autoridade doméstica. Essas construções simbólicas interferem diretamente na forma como os homens se envolvem — ou deixam de se envolver — nos cuidados parentais, perpetuando desigualdades de gênero que atravessam a vida familiar, afetiva e social.

A relevância deste estudo reside no fato de que a paternidade constitui um espaço estratégico para compreender e questionar as bases culturais que mantêm o machismo estrutural. Pesquisas anteriores, como as realizadas pela FIOCRUZ (2016), mostram que o envolvimento afetivo dos pais contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, mas também para o bem-estar físico e mental dos próprios homens, que tendem a adotar práticas de cuidado mais saudáveis. Estudos sociológicos e psicanalíticos (Matos, 2000; Oliveira, 2000; Chodorow, 1990) reforçam que as identidades masculinas são construídas a partir de normas de gênero rígidas, historicamente associadas à virilidade, ao autocontrole e à negação das emoções. Esses elementos se reproduzem através das instituições

sociais — família, escola, igreja e Estado — e influenciam práticas paternas que, muitas vezes, reforçam a desigual divisão de responsabilidades dentro do lar.

De forma convergente, pesquisas recentes apontam para um movimento de transição nas masculinidades, no qual modelos afetivos e corresponsáveis passam a disputar espaço com padrões hegemônicos. Autores como Butler (1990), Bourdieu (2001) e Connell (1995) destacam que gênero é uma construção social performativa, marcada por repetições, discursos e práticas que consolidam diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. Assim, mudanças nas formas de exercer a paternidade têm potencial para reconfigurar essas normas, reduzindo a distância afetiva historicamente atribuída aos homens e favorecendo relações mais igualitárias. Além disso, políticas públicas como a ampliação da licença-paternidade e ações voltadas ao engajamento dos pais no pré-natal sinalizam uma abertura, ainda que gradual, para novas formas de cuidado e vinculação emocional.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a paternidade pode atuar como um instrumento de desconstrução do machismo, investigando como práticas paternas afetivas, participativas e corresponsáveis contribuem para a formação de novas masculinidades e para a promoção da equidade de gênero. Busca-se compreender, a partir de uma abordagem sócio-psicológica, os efeitos simbólicos e subjetivos da paternidade ativa, bem como as tensões culturais que ainda dificultam sua consolidação na sociedade brasileira contemporânea.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa configura-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e teórico-reflexiva, fundamentada principalmente nos estudos de gênero e nas contribuições sociológicas sobre masculinidades. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender significados, valores e representações que estruturam o comportamento humano, sendo adequada para investigações que envolvem subjetividade, cultura e relações sociais. Assim, o intuito deste estudo não é mensurar fenômenos, mas interpretar discursos, analisar práticas sociais e discutir construções simbólicas relacionadas às masculinidades e à paternidade.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, construída a partir da leitura cuidadosa de livros, artigos científicos e documentos oficiais que discutem paternidade, patriarcado, violência de gênero e desigualdades sociais. De acordo com Gil (2010), esse tipo de investigação possibilita reconhecer avanços teóricos já consolidados e identificar lacunas que merecem aprofundamento. Foram selecionados autores que dialogam diretamente com a temática do cuidado paterno e da desconstrução do machismo, como Beauvoir (1949), Butler (1990), Bourdieu (2001; 2010), Connell (1995), bem como estudos brasileiros recentes sobre políticas públicas voltadas aos homens, como o pré-natal masculino (Gomes, 2016).

Além do levantamento das fontes, a pesquisa assumiu um caráter teórico-reflexivo, buscando articular contribuições de diferentes campos do saber. A psicanálise oferece elementos para pensar a constituição do sujeito e os impactos da cultura nas formas de viver o gênero. Freud e Lacan destacam que nossa identidade é atravessada por discursos sociais que moldam desejos, limites e possibilidades. Paralelamente, perspectivas feministas e sociológicas — como as de Butler (1990), Beauvoir (1949) e Saffioti (2004) — ajudam a compreender como o patriarcado organiza práticas, expectativas e desigualdades que se expressam também nas relações familiares e no exercício da paternidade.

O percurso metodológico envolveu quatro movimentos principais: (1) identificação e seleção de obras que tratam de masculinidades, paternidade e dominação de gênero; (2) leitura analítica do material, observando como cada autor compreende temas como performatividade, violência simbólica ou corresponsabilidade no cuidado; (3) diálogo entre diferentes referenciais, buscando pontos de convergência e tensões conceituais; e (4) elaboração de uma síntese crítica capaz de iluminar como a paternidade pode se tornar um espaço de transformação e não apenas de repetição de modelos tradicionais.

Por tratar-se de uma investigação teórica, não houve contato direto com participantes nem coleta de dados empíricos. A análise se baseou inteiramente em fontes secundárias. Assim, esta metodologia procura honrar a complexidade do tema, articulando teoria, sensibilidade e rigor científico para compreender como a paternidade pode contribuir para a desconstrução do machismo na sociedade brasileira contemporânea.

2.2 Abordagem Metodológica

A pesquisa assume um caráter teórico-reflexivo, articulando contribuições dos estudos de gênero e da sociologia para compreender como discursos, práticas e estruturas culturais moldam o papel paterno na contemporaneidade. O percurso metodológico envolveu a seleção do corpus teórico, a leitura analítica das obras e a construção de uma síntese crítica capaz de iluminar como a paternidade pode se constituir como espaço de transformação social.

Os materiais analisados incluíram livros clássicos, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais sobre políticas públicas voltadas à equidade de gênero. O principal instrumento metodológico foi a análise documental, utilizada como forma de leitura sensível, crítica e sistemática das obras selecionadas, buscando captar seus argumentos centrais e a maneira como constroem compreensões sobre paternidade, cuidado e desconstrução do machismo. Bardin (2011) destaca que esse processo implica organizar, classificar e interpretar conteúdos, permitindo ao pesquisador construir categorias pertinentes para a análise.

O procedimento metodológico ocorreu em etapas. Inicialmente, foi realizado um levantamento amplo da literatura, buscando obras que dialogassem diretamente

com o tema. Em seguida, procedeu-se a uma leitura exploratória para identificar eixos relevantes, como violência simbólica, performatividade de gênero, masculinidade hegemônica e corresponsabilidade no cuidado. Posteriormente, uma leitura analítica permitiu aprofundar conceitos e estabelecer relações entre autores da psicanálise, da sociologia e do feminismo. Na sequência, essas contribuições foram articuladas em uma síntese teórico-reflexiva, que buscou não apenas descrever as ideias encontradas, mas compreender como elas se conectam à realidade brasileira e ao objetivo central desta pesquisa: analisar de que forma a paternidade pode favorecer a desconstrução do machismo.

Por fim, a análise resultou de um diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas, considerando que cada obra traz nuances e sensibilidades próprias. Embora não haja coleta empírica com participantes, a metodologia adotada permite um olhar aprofundado sobre discursos, práticas e significados culturais que moldam a experiência da paternidade. Assim, o percurso metodológico respeita a complexidade do tema, combinando rigor acadêmico, sensibilidade interpretativa e compromisso ético com a compreensão das transformações possíveis no campo das masculinidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões sobre paternidade e masculinidades têm ganhado espaço não apenas no campo acadêmico, mas também na vida cotidiana, onde expectativas, conflitos e transformações atravessam as relações familiares. A literatura demonstra que compreender a paternidade hoje implica considerar processos históricos, simbólicos e afetivos que estruturam a vida social. Connell (1995) lembra que a masculinidade não é um atributo fixo, mas uma posição produzida dentro de hierarquias que legitimam desigualdades, enquanto Bourdieu (2001; 2010) evidencia como essas diferenças são naturalizadas por meio da violência simbólica. Butler (1990) aprofunda essa perspectiva ao definir gênero como algo que se materializa na repetição de gestos, discursos e práticas — uma construção dinâmica, sempre em movimento.

No contexto brasileiro, autores como Matos (2000) e Oliveira (2000) mostram que mudanças nos arranjos familiares e nos costumes abriram espaço para questionamentos sobre o que significa “ser homem” na atualidade. Muitos homens se veem divididos entre um modelo tradicional — baseado no provimento e no distanciamento emocional — e novas expectativas sociais, que valorizam sensibilidade e corresponsabilidade. Do ponto de vista psicanalítico, Chodorow (1990) explica que essa tensão é fruto de uma separação histórica entre funções maternas e paternas, que moldou subjetividades pouco habituadas ao envolvimento afetivo.

Pesquisas recentes aprofundam esse cenário. Estudos da FIOCRUZ (2016) indicam que a participação emocional dos pais gera benefícios tanto para as crianças quanto para os próprios homens, favorecendo práticas mais saudáveis de cuidado de si.

Nascimento e Gomes (2021) reforçam que muitos pais desejam participar mais ativamente da vida dos filhos, mas ainda enfrentam barreiras culturais que associam o cuidado ao universo feminino. Além disso, como apontam Couto e Monteiro (2023), as experiências paternas são atravessadas por desigualdades sociais e raciais: pais negros e moradores de territórios vulneráveis lidam com desafios agravados pelo racismo estrutural e pela precarização da vida.

No campo das políticas públicas, observa-se um esforço gradual para incentivar a paternidade ativa. A ampliação da licença-paternidade no Marco Legal da Primeira Infância e o pré-natal masculino — diretriz analisada por Gomes (2016) como estratégia de aproximação dos homens dos serviços de saúde — são exemplos desse movimento. Iniciativas como os grupos reflexivos para autores de violência, promovidos pela Polícia Civil do Espírito Santo (PCES, 2015), sugerem caminhos possíveis para a desconstrução do machismo por meio do diálogo, da responsabilização e da reflexão coletiva. Porém, como assinala o Instituto Promundo (2016), mudanças culturais seguem ocorrendo de forma lenta, sobretudo em espaços onde permanecem concepções estereotipadas de masculinidade.

Ainda assim, a literatura revela lacunas importantes. Saffioti (2004) destaca que análises sobre masculinidades e paternidade precisam necessariamente considerar raça e classe, dimensões que condicionam as possibilidades de cuidado. Beauvoir (1949) e Butler (1990) lembram que transformações de gênero demandam mudanças simbólicas profundas, que ultrapassam a vontade individual. Estudos contemporâneos também apontam a necessidade de pesquisas de longo prazo capazes de acompanhar como as práticas paternas se consolidam, se modificam ou se desfazem ao longo da vida adulta.

Diante desse conjunto de reflexões, a paternidade emerge como um território fértil de mudança. Mais do que um papel social, ela se apresenta como espaço afetivo e político onde normas historicamente associadas ao distanciamento masculino podem ser questionadas. As pesquisas sugerem que, quando os pais se aproximam da vida emocional dos filhos, ampliam-se as possibilidades de transformação não apenas dos vínculos familiares, mas também das formas de ser homem na sociedade. Assim, compreender as dinâmicas atuais da paternidade é fundamental para avançar na construção de relações mais igualitárias, políticas públicas eficazes e modelos de masculinidade menos violentos e mais humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a paternidade ocupa um lugar estratégico na discussão sobre masculinidades e na desconstrução de práticas patriarcais ainda presentes na sociedade brasileira. Os resultados teóricos indicam que, embora modelos tradicionais de masculinidade continuem influenciando comportamentos, expectativas e relações familiares, há um movimento crescente de abertura para novas formas de ser homem, mais sensíveis, afetivas e corresponsáveis. A literatura revisada mostra que essas transformações,

embora lentas e repletas de tensões, têm potencial para deslocar estruturas simbólicas profundamente enraizadas e favorecer relações mais igualitárias entre homens, mulheres e crianças.

Os estudos analisados também evidenciam que a paternidade afetiva não se restringe ao cuidado direto com os filhos; ela envolve um reposicionamento subjetivo do homem diante de si mesmo, das relações familiares e da sociedade. Ao assumir práticas de cuidado, presença e escuta, o pai contemporâneo desafia modelos hegemônicos de virilidade que historicamente associaram o masculino ao distanciamento emocional e à autoridade rígida. Assim, a paternidade aparece como um espaço fértil para questionamentos, transformações e reelaborações identitárias, contribuindo para o enfraquecimento de comportamentos machistas naturalizados e para a construção de vínculos familiares mais saudáveis.

Como contribuição principal, este estudo reforça que a desconstrução do machismo não depende apenas de políticas públicas ou discursos institucionais, mas também do modo como cada sujeito se implica nas relações que estabelece — especialmente no âmbito familiar. A paternidade, ao promover envolvimento, afeto e responsabilidade compartilhada, torna-se uma prática capaz de gerar mudanças culturais profundas, afetando tanto a vida das crianças quanto a maneira como os homens se reconhecem no mundo. Além disso, evidencia-se que iniciativas como o pré-natal masculino, a ampliação de políticas voltadas aos homens e o fortalecimento de debates sobre equidade de gênero desempenham papel fundamental na abertura de novos caminhos para essas transformações.

Por outro lado, a pesquisa também aponta que ainda há desafios significativos, principalmente no que diz respeito à permanência de estruturas sociais que sustentam desigualdades de gênero, bem como à resistência cultural à co-responsabilidade paterna. Essas tensões sugerem que a mudança exige não apenas ações individuais, mas esforço coletivo, políticas consistentes e debates permanentes que permitam desconstruir estereótipos e ampliar as possibilidades de exercício da paternidade.

Como indicativos para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem experiências concretas de homens em diferentes contextos sociais, étnicos e territoriais, considerando como fatores como raça, classe e geração influenciam as práticas paternas e suas possibilidades de transformação. Estudos longitudinais também seriam valiosos para acompanhar o desenvolvimento dessas mudanças ao longo do tempo, bem como pesquisas que analisem o impacto de políticas públicas voltadas à equidade de gênero no envolvimento paterno.

Transformações sociais e culturais, como a ampliação da licença-paternidade e as políticas de incentivo ao cuidado paterno, sinalizam mudanças significativas nas relações de gênero. Essas iniciativas indicam uma abertura para a inclusão dos homens em responsabilidades de cuidado que antes lhes eram negadas ou desestimuladas. Como abordado no artigo, essa nova dinâmica não beneficia

apenas as mulheres e crianças, mas pode contribuir para a saúde emocional e física dos próprios homens, que se mostram mais satisfeitos e equilibrados quando engajados na paternidade ativa.

Ainda que as resistências ao envolvimento emocional dos homens persistam, sobretudo em segmentos mais tradicionais, é possível observar uma transformação gradual na sociedade brasileira, especialmente nas áreas urbanas. Este movimento de flexibilização das normas de gênero amplia a definição de masculinidade, permitindo aos homens explorar aspectos como a afetividade e a empatia. Dessa forma, homens e mulheres podem construir relações mais igualitárias, com menos pressões de papéis pré-determinados, refletindo valores de equidade e diversidade. Contudo, toda discussão sobre valorização da paternidade deve estar circunscrita na noção de desigualdade de gênero e na busca de mitigar e reduzir essas injustiças.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para fortalecer o debate sobre masculinidades e paternidade, incentivando reflexões que possam gerar práticas mais justas, humanas e responsáveis. Ao reconhecer a complexidade e a potência desse tema, reafirma-se a importância de continuar produzindo conhecimento que ajude a construir novas formas de convivência e novos modos de ser homem em uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. **Sarney Convida Igrejas Cristãs para Diálogo sobre o Pacto**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 out. 1985. Caderno econômico, p. 13.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering**. Berkeley: University of California Press, 1990.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

COUTO, Maria T.; MONTEIRO, Simone. **Experiências Paternas e Desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023.

FIOCRUZ. **Relatório Nacional: Paternidade e Cuidado no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

FREUD, Sigmund. **O Eu e o Id**. Rio de Janeiro: Imago, 1923.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Romeu. **Paternidade, Saúde e Política Pública: O Pré-natal Masculino no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MATOS, Maria Izilda. **Masculinidades em Debate**. São Paulo: Contexto, 2000.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

NASCIMENTO, Marília; GOMES, Romeu. “**Paternidade, Cuidado e Masculinidades no Brasil**”. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, 2021.

PCES – Polícia Civil do Espírito Santo. **Projeto Homem que é Homem**. Espírito Santo: PCES, 2015.

PROMUNDO. **State of the World's Fathers: Relatório Global**. Washington, D.C.: Promundo, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.